

No. 39975

**Brazil
and
Cuba**

Term of technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Cuba in the field of micro and small business. Brasília, 27 August 2003

Entry into force: *27 August 2003 by signature, in accordance with article 21*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 17 February 2004*

**Brésil
et
Cuba**

Terme de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de Cuba dans le domaine de la micro et de la petite entreprise. Brasília, 27 août 2003

Entrée en vigueur : *27 août 2003 par signature, conformément à l'article 21*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 17 février 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA
NA ÁREA DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cuba
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica assinado em Havana no dia 18 de março de 1987;

Que a cooperação técnica para a viabilização de ações programáticas em áreas de desenvolvimento de micro e pequena empresa reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na área de micro e pequena empresa, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO I

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto identificar e promover o desenvolvimento de ações e projetos visando a transferência de conhecimentos, mecanismos e instrumentos de apoio ao empreendedorismo e a iniciativas de desenvolvimento voltadas às micro e pequenas empresas, prioritariamente nos seguintes temas:

- a) Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável;
- b) Turismo;
- c) Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora; e
- d) Derivados de Cana-de-açúcar;

ARTIGO 2

Os projetos serão implementados por meio de Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, de 18 de março de 1987.

TÍTULO II
Das Instituições Executoras e Coordenadoras

ARTIGO 3

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Termo de Cooperação; e
- b) o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Termo de Cooperação, que poderá indicar outras instituições como co-executoras das ações e projetos específicos.

ARTIGO 4

O Governo da República de Cuba designa:

- a) o Ministério para o Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Termo de Cooperação; e
- b) o Ministério para o Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC) que designará as instituições cubanas responsáveis pela execução dos projetos a que alude o artigo 2 do presente instrumento.

TÍTULO III
Da Operacionalização

ARTIGO 5

As ações e atividades desenvolvidas no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica, para atender ao seu objeto, estarão contidas nos projetos específicos que serão elaborados pelos órgãos executores e submetidos às entidades coordenadoras da cooperação para sua aprovação.

ARTIGO 6

Os projetos específicos serão apresentados sob a forma de proposta configurada em Documento de Projeto, que no seu formato preliminar constituirá a base para definição da sua relevância e mérito nos termos dos Artigo 1.

ARTIGO 7

O Documento de Projeto deverá conter informações precisas que justifiquem a sua implementação, os objetivos a serem alcançados, as atividades a serem desenvolvidas, o cronograma dos trabalhos, o orçamento previsto, os recursos humanos, equipamentos e softwares necessários à execução dos trabalhos.

ARTIGO 8

Na apreciação e aprovação de projetos e ações pontuais submetidos ao financiamento do Programa, para além do enquadramento nos objetivos e setores prioritários, serão tidos em consideração os seguintes critérios:

- a) prioridade para Projetos de âmbito Comunitário, Regional e Nacional por esta ordem;
- b) relação custo/benefício apresentada pelo Projeto;
- c) efeito multiplicador dos resultados do Projeto;
- d) reforço institucional;
- e) grau de co-participação das entidades executoras proponentes (contrapartida oferecida); e
- f) grau de transferência de conhecimentos e experiências de forma a dotar as entidades participantes da máxima autonomia possível no termo do Projeto.

ARTIGO 9

Na sua versão final o Documento de Projeto constituirá a base formal para efeitos de aprovação, acompanhamento e avaliação pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 10

O projeto poderá ser objeto de revisões periódicas tanto no que concerne às atividades estabelecidas para atingir ao objeto contratado, como no relativo ao orçamento estipulado para a consecução do mesmo. Estas revisões periódicas, que deverão ser alvitradas por requerimentos administrativos, fundamentados em laudos técnicos, poderão ser propostas pelas instituições executoras e submetidas às instituições coordenadoras.

TÍTULO IV

Das Obrigações das Instituições Executoras e Coordenadoras

ARTIGO 11

Ao Governo Brasileiro caberá:

I - por meio da ABC:

- a) receber o projeto de cooperação técnica e planos operativos com seus respectivos orçamentos;
- b) analisar e aprovar os projetos de cooperação técnica e os planos operativos com suas eventuais revisões;
- c) receber e aprovar os relatórios semestrais e final, dos projetos implementados;
- d) atuar no âmbito de suas competências, na coordenação das ações decorrentes do presente Termo de Cooperação;
- e) acompanhar e avaliar as ações e projetos específicos; e
- f) contribuir para a execução dos projetos de cooperação técnica a serem implementados, de acordo as ações e projetos específicos.

II - por meio do SEBRAE:

- a) elaborar e detalhar os projetos de cooperação técnica;
- b) designar os SEBRAE/UF, por Termo de Adesão, que receberão por sub-rogação, os direitos para execução das ações dos projetos de cooperação;
- c) acompanhar o cumprimento dos projetos de cooperação técnica, analisando os relatórios e prestações de contas elaboradas pelas unidades executoras;
- d) participar das definições sobre os Termos de Referência e perfis dos especialistas a serem selecionados para atuar no âmbito dos projetos, no que diz respeito a sua área de ação e na escolha de novos especialistas, no caso de substituição;
- e) revisar e ajustar os Termos de Referência dos consultores e especialistas e obter, quando pertinente, por escrito, a “não objeção” das instituições financeiras internacionais; tanto para os Termos de Referência, como para os contratos dos técnicos;
- f) manter á disposição, para as finalidades dos projetos de cooperação técnica, instalações adequadas, material permanente e de consumo e proporcionar meios de transporte para atendimento dos serviços;
- g) contribuir para a execução dos projetos de cooperação técnica a serem implementados, de acordo com as ações e projetos específicos; e

- h) elaborar em conjunto com as instituições participantes dos projetos os relatórios técnicos e enviá-los às Partes Contratantes.

ARTIGO 12

Ao Governo Cubano caberá:

por meio do MINVEC:

- a) identificar e designar as instituições executoras dos projetos de cooperação pelo lado cubano;
- b) analisar e aprovar os projetos de cooperação técnica apresentados pelas instituições executoras;
- c) supervisionar e zelar pelo desempenho dos projetos de cooperação técnica junto às instituições executoras;
- d) participar da definição sobre os Termos de Referência e perfis dos especialistas a serem selecionados para atuar nos projetos de cooperação técnica;
- e) manter à disposição, para as finalidades dos projetos de cooperação técnica, instalações adequadas, material permanente e de consumo e proporcionar meios de transporte para atendimento dos serviços;
- f) enviar à parte brasileira os relatórios dos projetos; e
- g) contribuir para a execução dos projetos de cooperação técnica a serem implementados, de acordo com as ações e projetos específicos.

TÍTULO V

Dos Recursos Financeiros e da Prestação de Contas

ARTIGO 13

O presente Termo envolverá recursos das Partes Contratantes a serem alocados aos projetos específicos de cooperação técnica que serão implementados.

ARTIGO 14

Os recursos destinam-se a cobrir, exclusivamente, as despesas especificadas nos projetos de cooperação técnica.

ARTIGO 15

Poderão, outrossim, constituir recursos para a implementação das ações decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica:

I - fundos das instituições brasileiras e cubanas;

II - fundos de Governos estrangeiros ou organismos internacionais.

ARTIGO 16

Da prestação de contas:

As Partes Contratantes encarregar-se-ão da gestão administrativa e do controle financeiro dos recursos alocados, na fonte de origem, mantendo os demais participantes dos projetos informados sobre a contabilidade global.

TÍTULO VI
Da Revisão e Avaliação

ARTIGO 17

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser revisado por assentimento das Partes Contratantes.

ARTIGO 18

As decisões relativas à concepção técnica, orçamento e execução dos Projetos Específicos deverão sempre ser consensuais entre a ABC/MRE, o MINVEC, o SEBRAE e o respectivo organismo cubano tecnicamente responsável por cada projeto específico.

ARTIGO 19

As Partes Contratantes, por intermédio de seus executores, elaborarão informes sobre o avanço e os resultados obtidos pelos Projetos executados, os quais serão apresentados e examinados nas reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Cuba de Cooperação Técnica e/ou em encontros anuais a serem previamente acordados.

TÍTULO VII
Da Denúncia

ARTIGO 20

1. O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado a qualquer momento, por uma das Partes Contratantes por meio de notificação à outra Parte Contratante. A denúncia terá efeito 30 (trinta) dias após a data da referida notificação.

2. A denúncia por uma das Partes Contratantes não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito dos projetos específicos, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário.

TÍTULO VIII Da Vigência

ARTIGO 21

O presente Termo de Cooperação Técnica entra em vigor na data da sua assinatura e terá duração de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por recondução expressa.

TÍTULO IX Das Disposições Gerais

ARTIGO 22

Para as questões não previstas no presente Termo de Cooperação Técnica aplicar-se-ão as disposições do “Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba”.

Feito em Brasília, em 27 de agosto de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
MARCO CESAR MEIRA NASLAUSKY
Diretor-Geral da ABC

Pelo Governo da República de Cuba
RAUL TALADRID SUAREZ
Vice-Ministro para Investimento
e Cooperação Econômica

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**TÉRMINO DE COOPERACION TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DE CUBA EN EL ÁREA DE LA MICRO Y PEQUEÑA EMPRESA**

El Gobierno de la República Federativa de Brasil y El Gobierno de la República de Cuba
(en adelante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

El Acuerdo de Cooperación Científica, Técnica e Tecnológica firmado en La Habana al 18 de marzo de 1987; bajo cuyo amparo se suscribe el presente Término de Cooperación Técnica;

Que la cooperación técnica para la viabilidad de acciones programáticas en áreas de desarrollo de la micro y pequeña empresa reviste especial interés para las Partes Contratantes;

Que es conveniente estimular la cooperación entre las Partes Contratantes en el área de la micro y pequeña empresa, sobre la base del beneficio mútuo y la reciprocidad;

**TÍTULO I
Del Objeto**

ARTÍCULO 1

El presente Término de Cooperación Técnica tiene por objeto identificar y promover el desarrollo de acciones y proyectos con vistas a la transferencia de conocimientos, mecanismos e instrumentos de apoyo a iniciativas de desarrollo dirigidas a la micro y pequeña empresa, prioritariamente en los siguientes temas:

- a) Desarrollo Local Integrado y Sostenible;
- b) Turismo;
- c) Educación y Desarrollo de la Cultura Gerencial; y
- d) Derivados de Caña de azúcar.

ARTÍCULO 2

Los proyectos serán implementados por medio de Ajustes Complementarios al Acuerdo de Cooperación Científica, Técnica y Tecnológica, del 18 de marzo de 1987.

**TÍTULO II
De las Instituciones Ejecutoras y Coordinadoras**

ARTÍCULO 3

El Gobierno de la República Federativa de Brasil designa:

- a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Término de Cooperación; y

b) el Servicio Brasileño de Apoyo a la Micro y Pequeña Empresa (SEBRAE) como responsable de la ejecución de las acciones resultantes del presente Término de Cooperación, que podrá indicar otras instituciones como co-ejecutoras de las acciones y proyectos específicos.

ARTÍCULO 4

El Gobierno de la República de Cuba designa:

a) al Ministerio para la Inversión Extranjera y Colaboración Económica (MINVEC) como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Término de Cooperación; y

b) el Ministerio para la Inversión Extranjera y Colaboración Económica (MINVEC) que designará las instituciones cubanas responsables por la ejecución de los proyectos que se mencionan en el Artículo 2 de este instrumento.

TÍTULO III De la Ejecución

ARTÍCULO 5

Las acciones y actividades desarrolladas en el ámbito de este Término de Cooperación Técnica, para alcanzar su objetivo, serán parte de los proyectos específicos que serán elaborados por los órganos ejecutores y sometidos a las entidades coordinadoras de cooperación para su aprobación.

ARTÍCULO 6

Los proyectos específicos serán presentados en la formulación establecida de Documento de Proyecto, que en su formato preliminar constituirá la base para la definición de su relevancia y mérito de acuerdo con el Artículo 1.

ARTÍCULO 7

El Documento de Proyecto deberá contener informaciones precisas que justifiquen su implementación, los objetivos por alcanzar, las actividades por desarrollar, el cronograma de trabajo, su presupuesto, así como los recursos humanos, el equipo y los softwares necesarios a la ejecución de los trabajos.

ARTÍCULO 8

En el análisis y en la aprobación de proyectos y acciones puntuales sometidos al financiamiento del Programa, para una adecuación más propia de los objetivos y sectores prioritarios, serán considerados los siguientes criterios:

- a) prioridad para Proyectos de ámbito Comunitario, Regional y Nacional en este orden;
- b) la relación costo/beneficio presentada por el Proyecto;
- c) efecto multiplicador de los resultados del Proyecto;
- d) apoyo institucional;
- e) grado de co-participación de las entidades ejecutoras proponentes (contrapartida ofrecida); y
- f) grado de transferencia de conocimientos y experiencias que permita a las entidades participantes su sostenibilidad al finalizar el Proyecto.

ARTÍCULO 9

En su versión final el Documento de Proyecto constituirá la base formal para efectos de aprobación, seguimiento y evaluación por las Partes Contratantes.

ARTÍCULO 10

El proyecto podrá ser objeto de revisión periódica cuanto a las actividades establecidas para alcanzar el objeto contratado, como en lo que se refiere al presupuesto estipulado para la consecución del mismo. Tal revisión periódica, que deberá ser presentada por solicitudes administrativas, fundamentadas en informes técnicos, podrán ser propuestas por las instituciones ejecutoras y serán sometidas a las instituciones coordinadoras.

TITULO IV

De las Obligaciones de las Instituciones Ejecutoras y Coordinadoras

ARTÍCULO 11

Corresponde al Gobierno brasileño:

I - por intermedio de la ABC:

- a) recibir el proyecto de cooperación técnica y planos operativos con sus respectivos presupuestos;
- b) analizar y aprobar los proyectos de cooperación técnica y los planos operativos con sus eventuales revisiones;
- c) recibir, analizar y aprobar los informes semestrales y final, de los proyectos implementados;
- d) actuar en el ámbito de sus responsabilidades, en la coordinación de las acciones resultantes del presente Término de Cooperación;
- e) realizar seguimiento y evaluación de las acciones y proyectos específicos; y
- f) contribuir para la ejecución de los proyectos de cooperación técnica que serán implementados, de acuerdo con las acciones y proyectos específicos.

II - por intermedio de SEBRAE:

- a) elaborar y detallar los proyectos de cooperación técnica;
- b) designar los SEBRAE/UF, por Término de Adhesión, autorizándoles los derechos para la ejecución de las acciones de los proyectos de cooperación;
- c) seguir el cumplimiento de los proyectos de cooperación técnica, analizando los informes y prestación de cuentas elaboradas por las unidades ejecutoras;
- d) participar de las definiciones sobre los Términos de Referencia y perfiles de los especialistas que serán seleccionados para actuar en el ámbito de los proyectos, en lo que se refiere a su área de acción y en la selección de nuevos especialistas, en caso de sustitución;
- e) revisar y adecuar los Términos de Referencia de los consultores y especialistas y obtener, cuando resulte pertinente, de forma oficial el "de acuerdo" de las instituciones financieras internacionales; para los Términos de Referencia, y para los contratos de los técnicos;
- f) disponer, para las finalidades de los proyectos de cooperación técnica, de instalaciones adecuadas, material permanente y de apoyo y proporcionar medios de transporte para atendimento de los servicios;
- g) contribuir para la ejecución de los proyectos de cooperación técnica que serán implementados, de acuerdo con las acciones y proyectos específicos; y
- b) elaborar en conjunto con las instituciones participantes de los proyectos los informes técnicos y enviarlos a las Partes Contratantes.

ARTÍCULO 12

Corresponde al Gobierno cubano:

por intermedio del MINVEC:

- a) identificar y designar las instituciones ejecutoras de los proyectos de cooperación por la parte cubana;
- b) analizar y aprobar los proyectos de cooperación técnica presentados por las instituciones ejecutoras;
- c) supervisar y velar por el desempeño de los proyectos de cooperación técnica junto a las instituciones ejecutoras;
- d) participar de la definición sobre los Términos de Referencia y perfiles de los especialistas que serán seleccionados para actuar en los proyectos de cooperación técnica;
- e) disponer, para las finalidades de los proyectos de cooperación técnica, de instalaciones adecuadas, material permanente y de apoyo y proporcionar medios de transporte para el cumplimiento de los servicios;
- f) enviar a la parte brasileña los informes de los proyectos; y
- g) contribuir para la ejecución de los proyectos de cooperación técnica que serán implementados, de acuerdo con las acciones y proyectos específicos.

TITULO V

De los Recursos Financieros y de la Prestación de Cuentas

ARTÍCULO 13

El presente Término involucrará recursos de las Partes Contratantes para ser utilizados específicamente en los proyectos de cooperación técnica que serán implementados.

ARTÍCULO 14

Los recursos son destinados a cubrir, exclusivamente, los gastos especificados en los proyectos de cooperación técnica.

ARTÍCULO 15

Podrán, también, constituir recursos para la implementación de las acciones resultantes de este Término de Cooperación Técnica:

I - fondos de las instituciones brasileñas y cubanas;

II - fondos de Gobiernos extranjeros u organismos internacionales.

ARTÍCULO 16

De la prestación de cuentas:

Las Partes Contratantes estarán encargadas de la gerencia administrativa y del control financiero de los recursos, en la fuente de origen, manteniendo a los demás participantes de los proyectos informados sobre la contabilidad global.

TITULO VI

De la Revisión y la Evaluación

ARTÍCULO 17

El presente Término de Cooperación Técnica podrá ser revisado por acuerdo de las Partes Contratantes.

ARTÍCULO 18

Las decisiones relativas a la concepción técnica, presupuesto y ejecución de los Proyectos Específicos serán siempre consensuadas entre ABC/MRE, el MINVEC, el SEBRAE y el respectivo órgano cubano técnicamente responsable por la materia de cada proyecto específico.

ARTÍCULO 19

Las Partes Contratantes, por intermedio de sus ejecutores, elaborarán informes sobre el avance y los resultados obtenidos por los Proyectos ejecutados, los cuales serán presentados y examinados en las reuniones del Grupo de Trabajo Brasil-Cuba de Cooperación Técnica y/o en encuentros anuales que serán previamente acordados.

TÍTULO VII

De la Denuncia

ARTÍCULO 20

1. El presente Término de Cooperación Técnica podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes por intermedio de notificación hecha a la otra Parte Contratante. La denuncia tendrá efecto 30 (treinta) días después de la fecha de la referida notificación.

2. La denuncia por una de las Partes Contratantes no afectará las actividades que estén en ejecución en el ámbito de proyectos específicos, excepto cuando las Partes Contratantes establezcan lo contrario.

TÍTULO VIII

De la Vigencia

ARTÍCULO 21

El presente Término de Cooperación Técnica tendrá vigencia de 36 (treinta y seis) meses, a partir de la fecha de su firma, con la posibilidad de ser prorrogado por acuerdo de las Partes, mediante solicitud oficial.

TÍTULO IX

De las Disposiciones Generales

ARTÍCULO 22

Para las cuestiones no previstas en el presente Término de Cooperación Técnica se aplicarán las disposiciones del "Acuerdo Básico de Cooperación Científica, Técnica y Tecnológica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República de Cuba".

Hecho en Brasilia, en 27 de agosto de 2003, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno de la República
Federativa de Brasil
MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY
Director General de la ABC

Por el Gobierno de la República
de Cuba
RAÚL TALADRID SUAREZ
Viceministro para Inversión y Cooperación
Económica

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CUBA IN THE FIELD OF
MICRO AND SMALL BUSINESS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba (hereinafter referred to as "the Contracting Parties"),

Considering:

The Agreement on scientific, technical and technological cooperation signed at Havana on 18 March 1987, pursuant to which this Agreement on Technical Cooperation is concluded;

That technical cooperation to ensure the viability of programme activities relating to the development of micro and small business is of special interest to the Contracting Parties;

That cooperation between the Contracting Parties in the area of micro and small business should be promoted on the basis of mutual advantage and reciprocity;

TITLE I. PURPOSE

Article 1

The purpose of this Agreement on Technical Cooperation is to identify and promote the development of actions and projects with a view to transferring knowledge and support mechanisms and tools to development initiatives aimed at micro and small business in the following priority areas:

- (a) Integrated and sustainable local development;
- (b) Tourism;
- (c) Education and development of management culture; and
- (d) Sugar cane products.

Article 2

Projects will be implemented by means of additional amendments to the Agreement on scientific, technical and technological cooperation of 18 March 1987.

TITLE II. EXECUTING AND COORDINATING AGENCIES

Article 3

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

(a) The Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs (ABC/MRE) as the agency responsible for coordinating, monitoring and evaluating the actions carried out under this Cooperation Agreement; and

(b) The Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE) as the agency responsible for implementing the activities carried out under this Cooperation Agreement. It may designate other agencies as being jointly responsible for implementing specific actions and projects.

Article 4

The Government of the Republic of Cuba hereby designates:

(a) The Ministry of Foreign Investment and Economic Cooperation (MINVEC) as the agency responsible for coordinating, monitoring and evaluating the actions carried out under this Cooperation Agreement; and

(b) The Ministry of Foreign Investment and Economic Cooperation (MINVEC) as the agency responsible for designating the Cuban bodies responsible for implementing the projects referred to in article 2 of this instrument.

TITLE III. IMPLEMENTATION

Article 5

In order to achieve the objective of this Agreement on Technical Cooperation, the actions and activities carried out under it shall form part of the specific projects developed by the executing bodies and submitted for approval to the cooperation coordination bodies.

Article 6

The specific projects shall be submitted in the manner set forth in the project document, which, in its preliminary form, shall constitute the basis for defining their relevance and merit in accordance with article I.

Article 7

The project document shall contain precise information justifying the implementation of the project, the objectives to be achieved, the activities to be carried out, the work timetable, the budget and the human resources, equipment and software needed to carry out the work.

Article 8

In order to ensure that objectives and priority sectors are appropriately addressed, the following criteria shall be taken into account in analysing and approving the projects and selected activities submitted for funding under the programme:

- (a) Priority for community, regional and national projects, in that order of preference;
- (b) Cost-benefit ratio of the project;
- (c) Multiplier effect of project results;
- (d) Institutional support;
- (e) Extent of joint participation by the proposing executing agencies (matching funds offered); and
- (f) Sufficient degree of transfer of knowledge and experience to enable the participating bodies to continue functioning once the project reaches its conclusion.

Article 9

The final version of the project document shall be used as the formal basis for approval, monitoring and evaluation by the Contracting Parties.

Article 10

The project may be revised periodically with regard to both the activities implemented to meet the agreed objective and the budget stipulated for that purpose. Such periodic revisions, which must be submitted by means of an administrative request justified by technical reports, may be proposed by the executing agencies and shall be submitted to the coordinating bodies.

TITLE IV. OBLIGATIONS INCUMBENT UPON THE EXECUTING AND COORDINATING BODIES

Article 11

The Brazilian Government shall be responsible for the following:

I - Through the ABC:

- (a) Receiving technical cooperation projects and operational plans together with their respective budgets;
- (b) Analysing and approving technical cooperation projects and operational plans and any revisions;
- (c) Receiving, analysing and approving a semi-annual and final report on each project implemented;
- (d) Acting within its sphere of competence in order to coordinate the actions carried out under this Cooperation Agreement;
- (e) Monitoring and evaluating the activities and specific projects; and
- (f) Participating, in accordance with the activities and specific projects, in the implementation of technical cooperation projects.

II - Through the SEBRAE:

- (a) Preparing and developing the technical cooperation projects;

- (b) Appointing, through a separate agreement, SEBRAE state offices and empowering them to implement actions within the framework of the technical cooperation projects;
- (c) Monitoring the implementation of the technical cooperation projects and analysing the reports and accounts prepared by the executing bodies;
- (d) Taking part in the drafting of the terms of reference and job profiles of the experts chosen to work on the projects, with regard to their sphere of competence and the selection of new experts where replacements are required;
- (e) Amending and adapting the terms of reference for the consultants and experts and obtaining, where appropriate, the official approval of international financial institutions for the terms of reference and technicians' contracts;
- (f) Providing, for the purposes of the technical cooperation projects, adequate facilities, permanent equipment and support and transport for the provision of services;
- (g) Contributing to the execution of the technical cooperation projects to be implemented, in accordance with the activities and specific projects; and
- (h) Preparing, in conjunction with the institutions involved in the projects, the technical reports and transmitting them to the Contracting Parties.

Article 12

The Cuban Government, through MINVEC, shall be responsible for:

- (a) Identifying and designating the agencies responsible for implementing cooperation projects in Cuba;
- (b) Analysing and approving the technical cooperation projects submitted by the executing agencies;
- (c) Overseeing and ensuring the implementation of the technical cooperation projects jointly with the executing agencies;
- (d) Taking part in the drafting of the terms of reference and job profiles of the experts chosen to work on the technical cooperation projects;
- (e) Providing, for the purposes of the technical cooperation projects, adequate facilities, permanent equipment and support and transport for the provision of services;
- (f) Transmitting the project reports to the Brazilian authorities; and
- (g) Contributing, in accordance with the activities and specific projects, to the implementation of the technical cooperation projects.

TITLE V. FINANCIAL RESOURCES AND SUBMISSION OF ACCOUNTS

Article 13

In accordance with this Agreement, resources from the Contracting Parties shall be used specifically for the technical cooperation projects to be implemented.

Article 14

The resources are intended to cover only the costs specified in the technical cooperation projects.

Article 15

Resources for the implementation of the actions carried out under this Agreement on Technical Cooperation may also be provided from:

- I - Funds from Brazilian and Cuban agencies;
- II - Funds from foreign Governments or international organizations.

Article 16

Submission of accounts:

The Contracting Parties shall be responsible for the administrative management and financial control of the resources, at source, and for keeping the other participants in the projects informed about the overall accounting situation.

TITLE VI. AMENDMENTS AND EVALUATION

Article 17

This Cooperation Agreement may be amended by agreement between the Contracting Parties.

Article 18

Decisions relating to the technical aspects, budget and implementation of the specific projects shall, without fail, be taken by consensus by ABC/MRE, MINVEC, SEBRAE and the relevant Cuban body responsible for the technical aspects of each project.

Article 19

Through their executing bodies, the Contracting Parties shall prepare progress reports on the results of the projects implemented, which shall be considered by the Brazil-Cuba Working Group on Technical Cooperation at its meetings and/or at annual meetings agreed upon in advance.

TITLE VII. TERMINATION

Article 20

1. This Agreement on Technical Cooperation may be terminated by either of the Contracting Parties by means of notification delivered to the other Contracting Party. The termination shall be effective 30 (thirty) days after the date of such notification.

2. Termination by one Contracting Party shall not affect activities being implemented within the framework of the specific projects, except where the Contracting Parties decide otherwise.

TITLE VIII. DURATION

Article 21

This Agreement on Technical Cooperation shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for 36 (thirty-six) months; it may be renewed following an official request and by agreement between the Parties.

TITLE IX. GENERAL PROVISIONS

Article 22

Matters not covered by this Agreement on Technical Cooperation shall be dealt with under the provisions of the Basic Agreement on scientific, technical and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cuba.

Done at Brasília on 27 August 2003, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY
Director-General of ABC

For the Government of the Republic of Cuba:

RAUL TALADRID SUAREZ
Deputy Minister for Investment and Economic Cooperation

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT
DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOU-
VERNEMENT DE CUBA DANS LE DOMAINE DE LA MICRO ET DE LA
PETITE ENTREPRISE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de Cuba
(désignés ci-après par " les parties contractantes "),

Considérant :

L'accord de coopération scientifique, technique et technologique signé à la Havane le
18 mars 1987, conformément auquel le présent accord sur la coopération technique est
conclu ;

Que la coopération technique en vue d'assurer la viabilité du programme d'activités re-
latives au développement de la micro et de la petite entreprise présente un intérêt particulier
pour les parties contractantes ;

Que la coopération entre les parties contractantes dans le domaine de la micro et de la
petite entreprise devrait être encouragée sur la base de la réciprocité et des avantages
mutuels ;

TITRE I. BUT

Article 1

Le but du présent accord sur la coopération technique est d'identifier et de promouvoir
des actions et de projets visant à transférer la connaissance, les mécanismes de soutien et
des outils à des initiatives de développement en direction de la micro et de la petite entre-
prise dans les zones de priorité suivantes :

- (a) Développement local intégré et durable;
- (b) Tourisme ;
- (c) Enseignement et développement de la culture de gestion ; et
- (d) Dérivés de canne à sucre ;

Article 2

Les projets seront mis en oeuvre par des amendements supplémentaires à l'accord sur
la coopération scientifique, technique et technologique du 18 mars 1987.

TITRE II. AGENCES D'EXÉCUTION ET DE COORDINATION

Article 3

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

(a) l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des affaires étrangères (ABC/MRE) en tant qu'agence responsable de la coordination, du contrôle et de l'évaluation des actions entreprises sous l'égide de l'accord de coopération ; et

(b) le Service brésilien d'appui à la micro et petite entreprise (SEBRAE) en tant qu'agence responsable de la mise en oeuvre d'activités entreprises sous l'égide du présent accord. D'autres agences peuvent être désignées pour mettre en application de manière conjointe des actions et des projets spécifiques.

Article 4

Le Gouvernement de la République de Cuba désigne :

(a) Le Ministère des investissements étrangers et de la coopération économique (MINVEC) en tant qu'agence responsable de la coordination, du contrôle et de l'évaluation des actions entreprises sous l'égide de l'accord de coopération ; et

(b) Le Ministère des investissements étrangers et de la coopération économique (MINVEC) en tant qu'agence responsable de la désignation des organes cubains pour la mise en oeuvre des projets mentionnés à l'article 2 du présent instrument.

TITRE III. MISE EN OEUVRE

Article 5

En vue d'atteindre les objectifs du présent accord de coopération technique, les actions et les activités seront partie intégrante des projets spécifiques développés par les organes exécutifs et soumis pour approbation aux organes de coopération et de coordination.

Article 6

Les projets spécifiques seront soumis suivant une présentation prévue dans le descriptif du projet qui dans sa forme préliminaire permettra de juger si lesdits projets sont pertinents et appropriés, conformément à l'article I.

Article 7

Le descriptif du projet devra contenir des informations précises justifiant la mise en oeuvre du projet, les objectifs à atteindre, les activités à mener, le calendrier des travaux, le budget, les ressources humaines, l'équipement et le logiciel nécessaire pour atteindre le but fixé.

Article 8

Afin de s'assurer que les objectifs et les secteurs prioritaires reçoivent l'attention qu'ils méritent, les critères suivants devront être pris en compte pour analyser et approuver les projets et choisir les activités pour lesquelles un financement sera demandé conformément au programme :

- (a) priorité dans l'ordre suivant aux projets de caractère communautaire, régional et national ;
- (b) Rapport coût bénéfice du projet ;
- (c) Effet multiplicateur des résultats du projet ;
- (d) Appui institutionnel ;
- (e) Extension de la participation commune en proposant aux agences d'exécution (des fonds de contrepartie proposés) ; et
- (f) Transfert suffisant de connaissance et d'expérience pour que les organes participants continuent à fonctionner quand le projet est terminé.

Article 9

La version finale du descriptif du projet devrait être utilisée comme base formelle pour en vue de l'approbation, le contrôle et l'évaluation dudit projet par les parties contractantes.

Article 10

Le projet peut être révisé périodiquement en ce qui concerne à la fois les activités mises en oeuvre pour atteindre les objectifs convenus et le budget prévu à cette fin. Ces révisions périodiques qui doivent être soumises au moyen d'une demande administrative basée sur des rapports techniques qui pourront être demandées par des agences d'exécution et soumises à des organes de coordination.

TITRE IV. OBLIGATIONS INCOMBANT AUX ORGANES D'EXÉCUTION ET DE COORDINATION

Article 11

Le Gouvernement brésilien sera responsable des tâches suivantes :

I- Par l'intermédiaire de ABC :

- (a) Recueillir des projets de coopération technique et des plans opérationnels et des révisions leurs budgets respectifs;
- (b) Analyser et approuver des projets de coopération technique et des plans opérationnels et des révisions;
- (c) Recueillir, analyser et approuver un rapport semi-annuel et un rapport final sur chaque projet mis en oeuvre;
- (d) Agir dans sa sphère de compétence afin de coordonner les actions qui sont menées conformément à l'accord de coopération;

- (e) Surveiller et évaluer les activités et les projets spécifiques; et
- (f) Participer, conformément aux activités et aux projets spécifiques, à la mise en oeuvre des projets de coopération technique.

II -Par l'intermédiaire de SABRAE :

- (a) Préparer et développer les projets de coopération technique ;
- (b) Etablir par des accords séparés, les bureaux nationaux de SABRAE et leur fournir la possibilité de mettre en oeuvre des actions dans le cadre des projets de coopération technique;
- (c) Contrôler la mise en oeuvre des projets de coopération technique et analyser les rapports et les comptes préparés par les organes exécutifs;
- (d) Prendre part dans l'élaboration des termes du mandat et du profil des experts choisis pour travailler sur les projets ce qui concerne leur sphère de compétence et la sélection de nouveaux experts lorsque des remplacements sont nécessaires;
- (e) Modifier et adapter les mandats des consultants et des experts et obtenir, si c'est nécessaire l'approbation officielle des institutions financières internationales pour le mandat et les contrats des techniciens.
- (f) Fournir pour les projets de coopération techniques des installations adéquates, l'équipement permanent, l'appui et le transport pour la fourniture des services;
- (g) Contribuer à l'exécution des projets de coopération technique qui seront mis en oeuvre conformément aux activités et aux projets spécifiques; et
- (h) Préparer de concert avec les institutions impliquées dans les projets, les rapports techniques et les communiquer aux parties contractantes.

Article 12

Le gouvernement cubain, par l'intermédiaire de MINVEC, aura la tâche de :

- (a) Identifier et désigner les agences responsables de la mise en oeuvre des projets de coopération à Cuba ;
- (b) Analyser et approuver les projets de coopération technique soumis par les agences d'exécution ;
- (c) Surveiller et assurer la mise en oeuvre des projets de coopération technique en coopération avec les agences d'exécution;
- (d) Prendre part à l'élaboration du mandat et du profil des experts choisis pour travailler à des projets de coopération technique;
- (e) Fournir pour des projets de coopération technique des installations adéquates, l'équipement permanent, l'appui et le transport pour la fourniture des services;
- (f) Communiquer les rapports sur les projets aux autorités brésiliennes; et
- (g) Contribuer conformément aux activités et aux projets spécifiques, à la mise en oeuvre des projets de coopération technique.

TITRE V. RESSOURCES FINANCIÈRES ET PRÉSENTATION DES COMPTES

Article 13

Conformément au présent accord des ressources provenant des parties contractantes seront utilisées spécifiquement pour des projets de coopération technique à mettre en oeuvre.

Article 14

Les ressources sont prévues pour couvrir uniquement les coûts spécifiés dans les projets de coopération technique

Article 15

Les ressources pour la mise en oeuvre des actions mises en oeuvre selon le présent accord sur la coopération technique peuvent également provenir :

- I- de fonds d'agences brésiliennes et cubaines ;
- II- de fonds de gouvernements étrangers et d'organisations internationales.

Article 16

Soumission des comptes

Les parties contractantes sont responsables de la gestion administrative, du contrôle financier des ressources, à la source, et de la communication aux autres participants aux projets des informations sur la situation comptable globale.

TITRE VI. AMENDEMENTS ET ÉVALUATION

Article 17

L'accord de coopération peut être amendé par accord entre les parties contractantes.

Article 18

Les décisions relatives aux aspects techniques, au budget et à la mise en oeuvre des projets spécifiques doivent être prises, sans exception, par consensus par ABC/MRE, MINVEC, SEBRAE et l'organe cubain pertinent responsable de l'aspect technique de chaque projet.

Article 19

Par l'intermédiaire de leurs organes exécutifs les parties contractantes devront préparer des rapports intérimaires sur les résultats des projets mis en oeuvre qui seront examinés par

le Groupe de travail cubano-brésilien sur la coopération technique à ses réunions et/ou à ses réunions annuelles convenues à l'avance.

TITRE VII. DÉNONCIATION

Article 20

1. Le présent accord sur la coopération technique peut être dénoncé par l'une ou l'autre des parties contractantes par une notification délivrée à l'autre partie contractante. La dénonciation devient effective 30 jours après la date de la notification.

2. La dénonciation par l'une des parties n'a aucun effet sur les activités en cours dans le cadre de projets spécifiques à moins que les parties contractantes n'en décident autrement.

TITRE VIII. DURÉE

Article 21

Le présent accord de coopération technique entrera en vigueur à la date de sa signature et le restera pour 36 mois. Il peut être renouvelé à la suite d'une demande officielle ou par accord entre les parties.

TITRE IX. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 22

Les questions qui ne sont pas couvertes par le présent accord de coopération technique seront régies par les dispositions de l'accord de base sur la coopération scientifique, technique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Cuba.

Fait à Brasilia le 27 août 2003 en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

MARCO CÉSAR MEIRA NASLAUSKY
Directeur général de ABC

Pour le Gouvernement de la République de Cuba :

RAUL TALADRID SUAREZ
Vice ministre de l'Investissement et de la Coopération économique

